

MACROECONOMIA

Efeitos da PEC da Transição na dívida pública brasileira

Nota produzida por técnicos da Câmara dos Deputados sobre a PEC 32/2022 aponta que o choque nas despesas primárias será de 1,7 ponto percentual em relação ao PIB

» ROSANA HESSEL

O mercado tem se mostrado bastante preocupado com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição e seu impacto nas contas públicas e no endividamento do governo, que pode chegar a 90% do Produto Interno Bruto (PIB) antes do fim do novo mandato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PL).

A peça orçamentária de 2023, enviada pelo Executivo em agosto, é considerada fictícia e fora da realidade por analistas e integrantes do novo governo. O texto prevê rombo de R\$ 65,9 bilhões, ou 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB), dado que não inclui uma série de despesas já comprometidas para o próximo ano, inclusive, o auxílio de R\$ 600. E, com a PEC 32/2022, a tendência é que o rombo fiscal do ano que vem vai piorar se o texto for aprovado como está, podendo ultrapassar os R\$ 200 bilhões.

Conforme nota produzida por técnicos da Câmara dos Deputados sobre a PEC 32/2022, o choque nas despesas primárias será de 1,7 ponto percentual em relação ao PIB, “o que levaria o resultado fiscal do próximo exercício para um déficit primário de 2,3% do PIB, ante 0,6% atualmente previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa)”. Com isso, pelas projeções dos técnicos da Câmara, a dívida pública bruta aumentaria em quase 10 pontos percentuais ao longo de quatro anos, passando de 79% do PIB no fim de 2022, para 89,8% do PIB em 2026. Algumas estimativas do mercado são até mais pessimistas e apontam a dívida pública bruta ultrapassando 100% do PIB, patamar insustentável para países emergentes — cuja média da dívida pública bruta gira em torno de 60% do PIB. E, para piorar, os prêmios de risco sobem, porque os títulos públicos brasileiros não têm grau de investimento desde 2015 e, portanto, são considerados “lixo” entre os credores, na comparação com outros países.

Um dos principais problemas apontados pela PEC é a falta de contrapartida de receitas para fazer frente ao aumento de despesas. Além disso, se o governo quisesse apenas financiar o novo Bolsa Família, para garantir uma renda mínima aos mais pobres, não seria preciso mexer na Constituição. Uma medida provisória bastaria, criando crédito extraordinário em vez de uma PEC, de acordo com artigo recente dos especialistas em contas públicas Elida Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo;

Caixa Econômica Federal/Divulgação



Com a proposta, que possibilitará o pagamento do novo Bolsa Família, rombo pode ultrapassar R\$ 200 bilhões

Leonardo Ribeiro, economista e consultor do Senado Federal; e José Roberto Afonso, economista e professor do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Vale lembrar que existem R\$ 105,7 bilhões previstos para o Auxílio Brasil de R\$ 400 em 2023, que já estão inicialmente programados no Ploa do próximo ano e, até agora, a equipe de transição não conseguiu explicar porque precisa tirar esse volume de recursos do teto de gastos para abrir mais espaço para despesas. A nota técnica alerta para o fato de que a PEC 32/2022 abre uma margem de R\$ 129,5 bilhões no Orçamento para o próximo governo gastar sem cortar uma única despesa.

Promessas

Luis Otavio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, avalia que, em vez dos R\$ 198 bilhões de gastos fora do teto previstos na PEC, algo ao redor de R\$ 140 bilhões já seria mais do que suficiente para cumprir com todas as promessas de campanhas do presidente eleito, incluindo o novo Bolsa Família de R\$ 600,00, o adicional de R\$ 200 no benefício, e o adicional de R\$ 150 por criança até seis anos. Pelas projeções de Leal, o impacto da aprovação dos quase R\$ 200 bilhões de gastos extras fora da regra do teto por quatro anos na dívida pública bruta poderá ficar entre 12 e 15 pontos percentuais, e, conseqüentemente, o custo dos juros da dívida poderia aumentar em mais de R\$ 760 bilhões.

“Antes de começar a falar do BCB propriamente dito, devemos discutir uma falácia tantas vezes repetida que acabou tomando



Na visão dos inquisidores da ortodoxia econômica, o risco fiscal está associado a uma trajetória 'insustentável' da dívida pública

Luiz Gonzaga Belluzzo, economista e professor da Unicamp

ares de verdade: a dívida brasileira não é tão alta na comparação com outros países como os EUA (124% do PIB), a Itália (150% do PIB) ou mesmo o Japão (262% do PIB) e, portanto, não haveria problema elevá-la. Intuitivamente já podemos derrubar esse argumento ao classificar os países por divisões como no futebol. Os três países acima seriam times da Série A, já o Brasil estaria na Série B, portanto, dadas as receitas recebidas, os primeiros teriam uma capacidade de endividamento maior do que os últimos”, destaca Leal em relatório aos clientes. Segundo ele, “a falácia cai por terra mesmo quando comparamos as taxas de juros que são cobradas das dívidas dos EUA, da Itália e do Japão com a do Brasil”. “Enquanto por aqui as taxas são 10,5%, nos EUA são 2,0%; na Itália, 4,5% e, no Japão, 1,3%. Em termos monetários, o custo dos

juros sobre a nossa dívida é de R\$ 766,2 bilhões ao ano, mas, se tivéssemos uma taxa americana, seria de R\$ 146 bilhões; com uma taxa italiana, seria de R\$ 328,4 bilhões e, com uma taxa japonesa, de R\$ 95 bilhões”, acrescenta.

Leal também não descarta a volta do risco da dominância fiscal — quando a piora nas contas públicas faz com que a alta dos juros acabe não surtindo efeito na inflação, como ocorreu durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e eterno conselheiro de Lula, por sua vez, minimiza os riscos e demonstra otimismo em relação à confusão em torno da PEC da Transição.

Em artigo recente, ele não poupa críticas ao mercado financeiro. “No Brasil da Transição, esquentou a refrega sobre a relação dívida/PIB. Na visão dos inquisidores da ortodoxia econômica, o risco fiscal está associado a uma trajetória ‘insustentável’ da dívida pública. Insustentável, porque esta vileza vai mortificar os mais jovens e os que ainda não vieram à luz com o aumento da carga de impostos ou, na pior das hipóteses, com um calote devastador na riqueza financeira que frequenta os balanços de bancos, fundos, gestoras de ativos e seus clientes do dinheiro e do dinheiroinho”, ironiza Belluzzo, acrescentando que o Estado é quem emite a moeda em circulação. Mas quando o governo emite muita moeda para pagar dívidas, existe um problema que o brasileiro conhece bem: a inflação dispara. Logo, é preciso saber dosar dos dois lados.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

A volta da razão

Pouco mais de um mês depois da derrota do candidato que fez o diabo para se reeleger, destrocando as finanças federais e zerando o caixa da maioria dos programas obrigatórios, fato é que o presidente eleito surpreendeu ao começar a governar sem estar empossado, sem ter ministros anunciados e sem formalizar — mas, informalmente está quase lá — uma maioria parlamentar robusta na Câmara e no Senado.

Como numa corrida de obstáculos, desmentiu os que disseram que teria vida dura no Congresso com maioria de centro-direita, e dentro dela a superestimada bancada da extrema direita bolsonarista, como se algum dia na história o Parlamento brasileiro tivesse sido majoritariamente de esquerda ou de centro-esquerda, os campos do PT e do antigo PSDB.

Não existiu nem nos oito anos de FHC e do PSDB nem nos 15 anos dos quatro governos do PT, com Lula e Dilma. Os três governaram com uma coalizão de partidos de centro e centro-direita com alguma roupagem programática, que o tempo puiu, tornando vários deles agenciadores de oportunidades a serviço de interesses vulgares, inclusive pessoais.

É com eles que Lula, cuja coligação, incluindo o PDT, elegeu 139 deputados do total de 513, e 15 senadores entre 81, passou a negociar desde a noite da eleição, quando foi cumprimentado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), grão-duque da matreirice parlamentar.

No juízo pedestre de analistas apressados, como os que subsidiam as apostas dos operadores de títulos, vulgo fariálimers, Lula corria o risco até de não tomar posse, desafiado pelo presidente mau perdedor, apoiado por radicais instrumentalizados por facções de militares, por empresários fascistas e pela classe média hostil a pobres e a quem se preocupa com a sorte da maioria da população. A realidade tende ao contrário: à criminalização dos mais radicais do bolsonarismo.

Não foi com o seu gogó rouco nem com um fabuloso programa de governo, do qual ainda é deverdo, que Lula atraíu os líderes do tal centrão. Com pragmatismo, ouviu as condições de Lira e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para não inviabilizar o seu futuro governo. Ele as aceitou em termos, e está prestes a ter uma trégua do centrão da política para começar a governar sem uma oposição feroz. Mais que isso dependerá dos ministros que nomear e de um bom plano econômico.

Gol contra de Bolsonaro

O pivô na nova velha maioria parlamentar negociada por Lula com os caciques dos partidos de centro foi, contraditoriamente, Bolsonaro e o seu ministro-palestrante da Economia. Eles enviaram ao Congresso uma proposta de Lei Orçamentária (LOA) para 2023 inexequível, já que suas rubricas mal dão para o gasto corrente dos programas federais.

Com Lula ou Bolsonaro eleito, as negociações atuais seriam as mesmas e com valores diferentes. Bolsonaro provavelmente seguiria tocando um ajuste fiscal ignorando despesas obrigatórias sociais, da educação, da saúde e dos órgãos de repressão ao crime organizado na Amazônia, como Ibama, Funai e PF, entre outras áreas federais abandonadas. Lula explicitou que reperia o custeio das funções constitucionais da União e voltaria a priorizar aumentos reais do salário mínimo, por exemplo.

Eleição serve para a sociedade eleger suas prioridades. Ainda assim, ambos concordaram em manter o bônus do Auxílio Brasil, que volta a se chamar Bolsa Família, em R\$ 600. Deve-se considerar que foi o intuito meramente eleitoreiro que fez Bolsonaro elevar esse bônus, já que tal valor volta a R\$ 400 depois de dezembro e a proposta da LOA para 2023 provisionou apenas o montante para pagar R\$ 405.

Realismo contra tumultos

É em torno de tais questões que gira o interesse comum da maioria do Congresso e do futuro governo em votar uma emenda à Constituição para prover recursos ao novo Bolsa Família e repor os valores das rubricas essenciais da LOA de 2023. Nella também se inserem os R\$ 19,5 bilhões para as emendas sem transparência pagas a mando da direção da Câmara e do Senado aos parlamentares fiéis conforme o tal orçamento secreto.

Lira e Pacheco querem reeleger-se na direção da Câmara e do Senado, respectivamente, e são tais emendas, chamadas de RP-9 no jargão nas contas públicas, o trunfo de cada um. Lula criticou-as na campanha e não as apoiou, mas, com as manobras peçonhentas dos bolsonaristas, a denúncia desse esquema só serviria para tumultuar a transição.

Estranho é que tais antecedentes da chamada PEC da Transição sejam ignorados pelos vigilantes fiscais do mercado financeiro, por parte do empresariado e pela imprensa (que toma partido quando a titula de PEC do Estouro). Fato: ela não cria gastos, regulariza os que o atual governo não orçou para 2023. Mesmo o adicional para investimentos com fundos fiscais virá, se aprovado, de receitas extraordinárias.

O caminho da prosperidade

O governo Lula deverá propor outra âncora fiscal mais adiante, algo prudente, ao lado de um plano realista com foco no crescimento movido a investimento em infraestrutura e na indústria de transformação. Crescer sem aditivos fiscais e bolha de dívida de consumo, o modelo fiscalista dos últimos anos, determinará a sorte do país na década.

Lula precisará de ministros afinados com sua prioridade voltada para o fim da pobreza. Se ligá-la à realização do último grande mercado de consumo de massa virtualmente virgem no mundo, ele poderá patrocinar uma política industrial inovadora. Ou se empenha para isso ou o país chegará ao fim da década com uma indústria maquiladora, se tanto. É esse setor, reduzido a menos de 11% do PIB, que excita a miríade de atividades de serviços, que são os grandes empregadores do país.

A reversão da decadência do setor de transformação é essencial. Pelo valor adicionado, a sua importância no mundo murchou de 2,2% do total produzido em 2005 a 1,28% em 2021. Nesse período, o comércio global de bens assistiu à ascensão dos semicondutores, que nem produzimos, com 15% de participação ou US\$ 2,6 trilhões, seguidos de computadores, com 12%, e petróleo cru, 9%.

Sem revitalizar a indústria, não haverá desenvolvimento regional, a maioria da força produtiva (representando 67% da população ocupada) continuará recebendo até dois salários mínimos (R\$ 2.424 mensais) e a frustração inviabilizará a melhoria da educação. Isso é o que merece atenção, capital social e identidade nacional, não bem a obsessão dos evangelistas do equilíbrio fiscal. Indiferença às necessidades locais e nacionais é o que nos torna vulneráveis às crises e aos demagogos.

DESENVOLVIMENTO

Estudo aponta políticas para a agroecologia

» MICHELLE PORTELA

Estimuladas pelo crescimento do consumo de alimentos livres de agrotóxicos, as políticas voltadas para o desenvolvimento da agroecologia já somam 487 iniciativas de políticas públicas em todo o país, de acordo com levantamento apresentado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), na última semana. O Centro-Oeste é a região que menos agrega ações do tipo, registrando 39 políticas de promoção da cultura agroecológica.

O Nordeste lidera o ranking, com 212 políticas de agroecologia; Sul e Sudeste estão empatados com 83 e a região Norte concentra 70 pp's. Os dados constam na publicação *Entre desmontes e resistências: uma análise de políticas públicas e normativas estaduais que fortalecem a agroecologia*,

mapeamento realizado no segundo semestre deste ano em todos os estados e no Distrito Federal.

De acordo com o estudo, as ações mais recorrentes estão distribuídas da seguinte forma: políticas públicas e fomento exclusivamente para agroecologia (292); alimento, segurança e soberania alimentar (284); biodiversidade e bens comuns (135); e campesinato, povos, comunidades tradicionais e outros modos de vida (135).

Flavia Londres, integrante do Núcleo Executivo da ANA, explica que o levantamento revela um cenário otimista para a cultura agroecológica. “O estudo aponta que, mesmo diante do desmonte promovido pelo atual governo federal, o Brasil tem uma grande diversidade de políticas públicas e normativas em construção nos estados que apoiam a consolidação da agroecologia, o fortalecimento



País conta com 487 iniciativas de políticas públicas para o setor

da agricultura familiar e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional”, explica.

Eleições

Por meio da campanha Agroecologia nas Eleições 2022, a ANA pretende apontar um caminho para a construção e o fortalecimento das políticas públicas de futuro, com valorização da agricultura familiar camponesa, dos povos e comunidades

tradicionais e da agroecologia.

A expectativa é que o levantamento ofereça referências para o debate acerca do tema. “Os resultados da pesquisa podem alimentar o debate sobre agroecologia com diferentes grupos e contribuir para a análise sobre o que se espera de governos e mandatos parlamentares, estimulando ações coletivas de incidência política e a construção de parcerias entre o Estado e a sociedade civil”, finaliza Flavia Londres.